

Superávit fica em R\$ 9,23 bilhões

■ Resultado primário das contas da União, estados e municípios no primeiro trimestre foi 50% superior à meta acordada com o FMI

Brasília - J. França

UGO BRAGA

BRASÍLIA - O Brasil cumpriu com folga surpreendente o primeiro requisito de desempenho do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). No primeiro trimestre, os governos federal, estaduais e municipais e mais o Banco Central e empresas estatais obtiveram receitas maiores do que despesas em R\$ 9,23 bilhões. O número não leva em conta os gastos com juros e, por isso, reflete o desempenho das contas públicas pelo conceito primário.

Quando pediu socorro aos países desenvolvidos, em novembro do ano passado, o Brasil assinou um termo de compromisso, fixando as bases do empréstimo total de US\$ 41,5 bilhões. Para continuar sacando o dinheiro sem necessidade de revisão de todo o acordo, o país tem que cumprir algumas metas de mudança em seus indicadores econômicos. A primeira delas, estabelecida para o trimestre passado, era de um superávit primário (receitas maiores do que despesas, descontados os gastos com juros) de, no mínimo, R\$ 6,006 bilhões. Chegou a um resultado 50% melhor.

Cortes de gastos - O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, apresentou os números ontem e explicou que os

governos impuseram-se cortes de gastos suficientes para uma melhora considerável em suas contas. Do superávit de R\$ 9,23 bilhões, somente R\$ 2 bilhões em receitas não estavam previstos pela equipe econômica.

Essa receita extraordinária foi arrecadada em fevereiro, depois que a Receita Federal editou a Lei 9.779 e possibilitou o pagamento de impostos sem juros por empresas que mantinham processos na Justiça. Ainda que, para efeito de análise de conjuntura, a manobra da Receita seja excluída do resultado primário do trimestre, o superávit chega a R\$ 7,23 bilhões, valor ainda superior ao limite estabelecido pelo FMI.

Lopes explicou que outros R\$ 2,3 bilhões arrecadados em março correspondem a um adiantamento de receita inicialmente programada para setembro. "É o pagamento das concessões da banda B do sistema Telebrás", falou. "Mas já estava contabilizado nos cálculos do FMI", esclareceu.

Mesmo que os analistas subtraíam, além do dinheiro da lei 9.779, o pagamento adiantado das companhias telefônicas, o superávit entre janeiro e março é de R\$ 4,7 bilhões. Se os mesmos critérios forem aplicados ao primeiro trimestre do ano passado, o saldo é bem menor, de R\$ 319 milhões de superávit primário. "Isso mostra o



Altamir explica razões: corte de despesas gerou mais de R\$ 7 bilhões

tamanho do esforço fiscal que está sendo feito", comentou o chefe do Departamento Econômico do BC.

Segundo passo - O resultado do primeiro trimestre deixou o Brasil muito próximo de cumprir o segundo quesito de desempenho do acordo com o FMI, que fixa limites para o resultado primário do semestre. O país terá que gerar saldo positivo de R\$ 3,65 bilhões em abril, março e junho para chegar aos R\$ 12,88 bilhões estabelecidos para os primeiros seis meses do ano. A equipe econômica, óbvio, diz que a meta será atingida sem problemas.

Diante da melhora do resultado primário, o país fechou o trimestre com uma dívida líquida (soma das dívidas interna e externa) também menor. No início do ano, os débitos somavam R\$ 484,1 bilhões e, com a desvalorização do real, foram a R\$ 500,8 bilhões em fevereiro. Mas já caíram para R\$ 470,3 bilhões em março, equivalente a 48,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Como o resultado fiscal, o valor da dívida faz parte do acordo com o FMI - mas como meta indicativa, não como critério de desempenho. Assim, serve apenas de parâmetro para que os técnicos do Fundo avaliem o cumprimento dos critérios de desempenho. No caso brasileiro, a meta era de, no máximo, R\$ 505,7 bilhões pa-

ra o trimestre, ou 52,2% do PIB, bem superior à registrada.

Cifra histórica - Pela primeira vez em quase 500 anos de história o Brasil conseguiu um superávit nominal nas contas públicas. Quer dizer que, contabilizadas as receitas e gastos públicos, inclusive a conta de juros, o saldo ficou positivo. Foi de R\$ 11,91 bilhões, aconteceu em março passado e equivale a nada menos do que 14,8% de todos os bens e serviços produzidos no período.

O número foi divulgado ontem pelo Banco Central e, apesar de histórico, não chegou a provocar euforia. Tudo porque é um registro puramente contábil, uma mágica que se tornou possível por dois motivos: (1) a metodologia usada pelo BC para apurar o resultado fiscal do país; e principalmente (2) o efeito do câmbio pós-pico da crise no cálculo contábil do valor da dívida em títulos do governo federal. Acontece que o Tesouro Nacional tem um terço de seus títulos atrelados ao câmbio.

Por outro lado, o BC calcula o resultado fiscal do setor público (déficits ou superávits em seus vários conceitos) usando o método "abaixo da linha", ou seja, o que determina o resultado é a variação da dívida pública. Se a dívida aumenta, há déficit. Se diminui, há superávit.